

A INCORPORAÇÃO DA LEI 10.639 NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE DO COLEGIO ESTADUAL DE CACHOEIRA

Elder Luan dos Santos Silva⁵

RESUMO

Com a aprovação das leis 10639/03 e 11645/08 que alterou a lei 9394 de 20 de novembro de 1996, o estudo da cultura Afro-Brasileira e Indígena tornou-se obrigatório em todos os estabelecimentos de ensino fundamental e médio, sendo especificamente abordados dentro das disciplinas de História, Literatura e Arte. A obrigatoriedade do ensino faz com que os professores voltem seus olhares para a História da África, as contribuições e as relações socioculturais e econômicas com este continente que por muito tempo foi esquecido na História do Brasil, contribuindo assim, para que os estudantes de um modo geral, e em particular a população negra, tenha conhecimento de sua história e da importância social, econômica, política e cultural de seus antecedentes na construção e formação do país. Diante do exposto, esse trabalho objetiva realizar uma reflexão teórica, baseada na literatura nacional e na análise da abordagem feita sobre a África, os africanos e afrodescendentes no componente curricular de História do Colégio Estadual da Cachoeira, no intuito de entender como vem se dando o ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira na cidade de Cachoeira, refletindo sobre as dificuldades e avanços do ensino, desde a aprovação da lei, até os dias atuais.

Palavras-chave: CULTURA AFROBRASILEIRA; HISTÓRIA DA ÁFRICA; ENSINO; EDUCAÇÃO.

ABSTRACT

With the approval of laws 10639/03 and 11645/08 which amended the 9394 Law of 20 November 1996, the study of Afro-Brazilian and indigenous culture became mandatory in all primary schools and secondary, and specifically addressed within the disciplines of History, Literature and Art. The mandatory teaching makes teachers turn their eyes to the history, contributions and members, cultural and economic relations with this continent that has long been forgotten in the history of Brazil, thus contributing to the students in a way general, and in particular the black population is aware of its history and the social, economic, political and cultural life of their background in building and training the country. Given the above, this study aims to perform a theoretical reflection, based on national literature and analysis of the approach made about Africa, Africans and African descendants in the curricular component of History of State College waterfall in order to understand how has been giving teaching African History and Afro-Brazilian Culture in the city of Cachoeira, reflecting on the difficulties and advances in education since the adoption of the law, to the present day.

KEYWORDS: AFRO-BRAZILIAN CULTURE; AFRICAN HISTORY; EDUCATION; EDUCATION;

INTRODUÇÃO

“O que sabemos sobre África?” É assim que Anderson Oliva inicia seu texto “*A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática*” publicado

⁵Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, petiano egresso do grupo PET-Conexões de Saberes – Acesso, Permanência e Pós Permanência na UFRB. elluanss@gmail.com

em 2003 pela revista “*Estudos Afro-asiáticos*”, e é com essa mesma pergunta que inicio minha reflexão! “O que nós, eu e você que está fazendo essa leitura, sabe sobre a África?”

Foi em meio a essa reflexão, sobre o que eu, meus colegas de graduação e os professores de História e/ou Cultura afro-brasileira que atuam na educação básica sabiam sobre a História da África que me motivei a fazer essa pesquisa.

Talvez, assim como já nos adianta Oliva em 2003, muitos de nós atrevamo-nos a formular uma resposta a essa questão, partindo, entretanto, do pressuposto que nas Instituições de Ensino Superior o ensino de História da África já está efetivado, como no caso da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, que desde 2006 inclui no seu currículo a disciplina de História da África, acredito que seja fácil, ou não, para estudantes de História, que tiveram em seus currículos o componente de História da África descreverem em poucas palavras os conhecimentos que acumulamos até aqui sobre esse continente.

No entanto, proponho refletirmos sobre como os alunos do ensino fundamental responderiam essa pergunta? Ou mesmo os professores do ensino básico que atuam nessa área, como formulariam suas respostas?

Foram essas perguntas que tentei encontrar respostas no Colégio Estadual de Cachoeira, no seu programa de Cultura Afro-Brasileira e nos relatos dos professores, através da missão de realizar uma reflexão teórica a respeito da incorporação da Lei 10.639/03 na referida escola, analisando em que aspectos a escola cumpre não só a lei, mas o seu papel educativo e social, contribuindo assim, para que os estudantes de um modo geral, e em particular a população negra, tenha conhecimento de sua história e da importância de seus antecedentes na construção e formação do país.

Com base nos dados coletados, por meio dessas diferentes fontes de informação, esse estudo objetivou realizar uma reflexão teórica:

política curricular fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe à divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada (Parecer CNE, 2004, p. 9).

Antes de refletir acerca dessa questão, acredito ser interessante, detalhar aqui o porquê da escolha do Colégio Estadual, para isso justificarei primeiro a escolha da cidade de Cachoeira. Cachoeira, localiza-se no Recôncavo da Bahia, a 133Km de Salvador. O Recôncavo é a principal detentora da cultura afro-descendente no estado da Bahia (LESSA,2012) e tem sua população majoritariamente negra. O caso de cachoeira em que segundo dados do IBGE 87% da população

declara-se negra ou parda, e boa parte da população é membro de religiões de matrizes africanas, e tem práticas culturais estreitamente influenciadas pela cultura africana e afrodescendente. Com isso, espera-se, ou esperar-se-ia que Cachoeira fosse referência no estudo da História da África e da cultura africana e afrodescendente.

Foi a partir dessas suposições, constatações e reflexões que me motivei a refletir sobre a efetivação das leis que obrigam o ensino de da cultura Afro-Brasileira e Indígena, focando principalmente no Colégio Estadual da Cachoeira, por ser o maior colégio da cidade, e um dos espaços de construção de conhecimento e de formação de grande parte dos cidadãos Cachoeiranos.

É sabido que já se passaram dez anos da aprovação da Lei 10.639/03, entretanto sabemos também que esses dez anos, ao tempo que significam enormes avanços naquilo que tange ao ensino de Cultura Afro-brasileira e indígena, expressam também um possível retrocesso, no que se refere à efetivação com êxito e sem estereótipos do ensino de África nas escolas.

Aumentou-se a pesquisa e o financiamento desta na área, cresceu o número de pós graduação em estudos africanistas, inseriu-se a disciplina de História da África nos cursos de graduação em História, aumentou-se a formação de professores, a produção científica, entretanto, algum problema ainda não detectado faz com que esse novo conhecimento sobre o continente Africano não chegue, ou em muitas vezes chegue ainda estereotipado e marginalizado nas salas de aulas da educação básica (OLIVEIRA, FERDÃO, 2010).

A pesquisa se deu da seguinte forma: no primeiro momento, dediquei-me a leitura e levantamento de dados encontrados na literatura acerca da obrigatoriedade do ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira, especificamente aquilo que tange a sua implementação na sala de aula e no cotidiano escolar.

Para isso, foram utilizados como elemento de análise a produção científica nacional entre os anos de 2003 e 2012, disponível no banco de dados Scielo, CAPES e LILACS. O segundo momento foi o do contato com o Colégio Estadual da Cachoeira, com o componente curricular de Cultura Afro-brasileira, e especificamente com os professores que ministram a disciplina estudada.

DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE A APLICABILIDADE DA LEI 10.639 E O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Por meio de um levantamento realizado no Banco de Teses da capes, foi possível notar que entre os anos de 2003 e 2012 foram publicadas 56 teses que se propõem a discutir a Educação Antirracista e Ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira. Classificando a quantidade de teses com relação ao ano de publicação, têm-se os seguintes dados:

ANO	TOTAL
2003	1
2004	0
2005	1
2006	2
2007	8
2008	10
2009	10
2010	14
2011	9
2012	0

A partir desse quadro, e segundo o Banco de Teses da CAPES, que reúne cerca de 460 mil teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação do país desde 1987, podemos perceber que, somente após a aprovação da lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003, é que se começam as publicações e estudos sobre as questões ligadas ao ensino de África e cultura afro-brasileira nas escolas Brasileiras.

Entretanto, as teses publicadas entre 2003 e 2006 se propõem apenas a discutir o limite do racismo dentro das escolas, pautando questões que refletem e propõem práticas antirracistas no sistema educacional do país, sem objetivamente adentrar no campo do ensino de África ou mesmo da cultura afro-brasileira.

O primeiro trabalho que se propõe a analisar e discutir a Lei 10.639, foia tese de mestrado da pesquisadora Rute Martins Valentim, “*O ensino da Historia da África e a atualidade da questão na escola: entre a existência da Lei nº 10.639/03 e o fazer pedagógico do educador*”. Em seu trabalho, Valentim(2007), versa sobre as questões étnico-raciais e o fazer da escola frente às manifestações de discriminação e racismo dentro do espaço escolar.

Nesse mesmo ano de 2007, mais sete pesquisadores publicaram teses sobre os estudos da Lei 10.639. É a partir daí, que começam a serem publicadas, ainda que de forma tímida, as pesquisas sobre a obrigatoriedade do ensino da história do continente africano. Caracterizo como tímido por que, caso comparemos o número de publicações sobre o Ensino de História da África com o número de teses publicadas sobre o continente africano, perceberemos que os estudos sobre especificidades da Áfricae de sua História estão muito mais avançados que os estudos e publicações sobre o ensino.

Retomando a análise das teses publicadas entre 2003 e 2012, que estão disponíveis no banco de teses da CAPES, percebemos que 60% (39 teses) das pesquisas publicadas, objetivavam-se apenas a analisar e diagnosticar as práticas de ensino, enquanto apenas 30% (17

teses) tinham como objetivo discutir e propor novas metodologias e abordagens à serem feitas sobre a África e a Cultura Afro-Brasileira na sala de aula.

Com isso, podemos perceber que a grande maioria dos estudos ainda estão preocupados em avaliar como vem sendo o ensino, sem de fato, proporem ou apresentarem novas possibilidades. Não que o processo de análise e diagnose não seja importante, entretanto, não basta que só diagnostiquemos o problema, é preciso também que encontremos soluções para sanar aquilo que não está dando certo.

O mesmo pode ser percebido, quando se analisa os Anais dos trabalhos apresentados nos Simpósios Nacionais de História da Associação Nacional de Pesquisadores em História – ANPUH. De 2003 a 2012 aconteceram cinco simpósios, pois os mesmos são bienais, e no total, foram apresentados 14 trabalhos sobre Ensino de História da África e cultura afro-brasileira. Classificando por ano, essa publicações tem a seguinte distribuição:

ANO	TOTAL
2003	0
2005	0
2007	2
2009	9
2011	3

Em 2003, de todos os trabalhos aprovados, apenas três tratavam sobre a História do continente africano e nenhum abordava as questões de ensino. Em 2005, o número sobe para um total de sete trabalhos sobre a História da África e mais uma vez nenhum trabalho sobre ensino foi apresentado.

Já em 2007, pela primeira vez, o simpósio traz um grupo de trabalho sobre África, o que faz com que o simpósio tenha dezesseis trabalhos selecionados que tratam do continente africano, e pela primeira vez tenha dois trabalhos que abordem as questões do ensino de História da África e Cultura Afro Brasileira.

Em 2009, a produção sobre África sobe ainda mais, pois o simpósio conta com três simpósios temáticos que tratam especificamente do Continente africano, sendo que um deles possibilitava o envio de trabalho sobre experiências e estudos ligados à educação. Acredito, que é por isso, que em 2009 tenham sido apresentados nove trabalhos apresentados sobre a lei 10.639 e os seus desdobramentos. Em 2011, o último simpósio realizado pela ANPUH, esse número cai, e segundo os anais, apenas três trabalhos trataram do Ensino de História da África.

Além disso, mais um importante veículo de difusão de conhecimento, a Revista eletrônica de História e Ensino “História Hoje”, da Associação Nacional de História – ANPUH, trouxe em seu primeiro volume, lançado em julho de 2012, um dossiê temático intitulado de “Ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira”. A revista é dividida em sete sessões, a

primeira, o dossiê sobre “Ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira”, traz seis artigos, que se dividem entre refletir e propor métodos para o Ensino de História da África.

Pensando acerca desses dados aqui apresentados, é possível concluir que, entre outras coisas, a lei estimula a produção científica sobre as experiências e possibilidades de aplicabilidade do Ensino de História da África e Cultura Brasileira nas escolas. Nesse sentido, Alves (2007) sublinha que a implementação da lei gerou enormes mudanças no cenário nacional, desde ao que tange a intensificação das lutas dos negros e negras no combate ao racismo, (vale ressaltar aqui que a sanção da lei foi uma conquista do Movimento Negro, e não um presente do governo, como muitos ainda pensam) ao que se refere às transformações pedagógicas necessárias para a real execução daquilo que a lei prevê.

A inserção do estudo das negras e negros do país, assim como da sua e nossa ancestralidade, causa, impacta, polemiza e transforma a cultura escolar. Não obstante à isso, há necessidade de ampliação de políticas públicas, que traga para o ambiente da sala de aula e do currículo escolar as discussões voltadas para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Conforme Bittencourt;

Procura-se oferecer uma resposta na área de educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, políticas de reparações, de reconhecimento e valorização de sua história, cultura e identidade. (BITTENCOURT, 2007 apud Parecer CNE, 2004, p. 2)

Para além da obrigatoriedade do ensino, a lei proporciona uma verdadeira reflexão dos métodos, dos conteúdos, de tudo o que foi feito até então, gerando assim uma verdadeira revolução no meio científico, obrigando, não só as escolas inserirem uma cadeira sobre África, mas também as universidades, os encontros universitários e eventos acadêmicos, e todos, ou senão quase todos, os espaços de construção e troca de saber.

A HISTÓRIA DA ÁFRICA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NOS BANCOS ESCOLARES PÓS A LEI PASSAR A VIGORAR

Logo após a institucionalização da obrigatoriedade da lei 10.639, em 09 de janeiro de 2003, o Ministério da Educação publicou as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”. Só pelo título dado às diretrizes que devem, ou ao menos deveria pautar esse novo ensino da história. Logo podemos pontuar que a aprovação da lei e a sua instituição nas escolas não visava apenas conhecer e estudar o continente africano, fator aqui já abordado e de extrema importância para os estudos da história, mas também educar os estudantes para as relações étnicas raciais e práticas antirracistas.

Assim salienta Francisco Junior (2008), quando diz, que para além de uma abordagem (des) europeizada, a escola deve trazer a África, os africanos e os afro-brasileiros para dentro da História.

Precisamos superar a situação opressora. Desvelar as diferenças, valorizando-as como forma integradora dos diferentes povos, nações e grupos sociais, com direitos iguais de acesso aos bens e serviços de que a sociedade dispõe. Para tanto, alguns pontos importantes devem ser levados em consideração na educação, que tenha, também, como um dos pilares sustentadores o combate ao racismo. (FRANCISCO JUNIOR, 2008)

Diante desse panorama, a escola, que muitas vezes se constitui enquanto um espaço de reprodução de desigualdades (JESUS, 2006), deve também se transformar, transformar seus métodos e se pautar em uma educação antirracista, que além de problematizar e repreender o racismo contribua na construção de uma sociedade menos discriminatória (FRANCISCO JUNIOR, 2008).

A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam a todos respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira. (BRASIL, 2004, p.1)

Oliveira Fernandes e Cacau Ferdão (2010), identificam em seu artigo “Educação colonial e pedagogia antirracista e intercultural no Brasil” de 2010, que o primeiro sentimento para com a lei foi de que a mesma “para alguns significava concessão, para outros imposição (OLIVEIRA, FERDÃO, 2010). Os autores destacam em seu artigo que mesmo em meio aos conflitos que resultaram na aprovação da lei, grande parte dos professores ainda não conseguiam entender a necessidade de uma educação antirracista e uma história não eurocentrada.

É um pouco do que Cavalleiro(2005) trazem sua pesquisa realizada em escolas de São Paulo. O autor relata que mesmo depois de dois anos da aprovação da lei, o racismo continuava sendo negado nas escolas e os professores continuavam a descartar os prejuízos que o mesmo tinha para toda a comunidade escolar, em especial para os estudantes negros e por isso não realizavam nenhum tipo de ação que visasse o seu enfrentamento.

Tal postura, tanto da escola quanto dos professores mostra-nos, que no primeiro momento, ou melhor, nos primeiros anos após a aprovação da lei, a mesma ainda não consegue se efetivar nas escolas.

Outro a tratar dessa questão, é Anderson Oliva (2006), em seu artigo *A História da África nos Bancos Escolares: representações e imprecisões na literatura didática*. Esse autor faz referência à Hebe Maria de Matos e o seu trabalho “*Ensino da História e a luta contra a discriminação racial no Brasil*”, e diz que mesmo com o suporte oferecido pelos Parâmetros

Curriculares Nacionais, a História da África continua mal contada e negligenciada até mesmo nas universidades, o que vem a impactar diretamente na educação básica.

Pensemos! Se a universidade, que atualmente é o principal espaço que temos para a formação de novos professores, não cumprir, ou como coloca o próprio autor, negligenciar o seu papel dentro da efetivação da lei, de que forma os profissionais ali formados tratarão da África em suas aulas?

Por outro lado, mesmo em meio às dificuldades encontradas pelos professores, principalmente aqueles que já estavam a algum tempo nas salas de aulas, e pouco fazem ou conseguem fazer para alimentar a sua formação, a autora Roberta de Souza Alves, 2007, em seu trabalho de conclusão de curso intitulado “*Ensino de História e cultura afro-brasileira e africana: da lei ao cotidiano escolar*”, relata as experiências de um programa do governo de São Paulo, “*Educando pela diferença, para igualdade*”, que tinha como objetivo auxiliar a prática pedagógica do professor em sala de aula, naquilo que se refere à implementação das medidas sancionadas pela lei 10.639. O projeto capacitava docentes da Rede Oficial de Ensino do Estado, tanto para o combate ao racismo, preconceito, discriminação, segregação e xenofobia, quanto formava os profissionais para o ensino de conteúdos de História da África (ALVES, 2007).

Em meios as várias experiências, que nos servem para refletir como a lei foi e continua sendo recebida pelos professores do ensino básico e médio, ressalto aqui, que foram para esses os profissionais que o peso da lei se fez mais presente, fica cada vez mais *escuro* para nós que a resistência à lei se dava e se dá, em muitos dos casos, porque mesma quebra com as narrativas eurocêntricas, com a história privilegiada e excludente, e traz para o debate em sala parte da população que foi historicamente excluída até mesmo de ser contada na história.

Oliva (2003) salienta que esta resistência, ou em outros casos a ousadia, as vezes positiva, as vezes negativa, de profissionais da educação abordar tais temas, se dá justamente por que muitos dos professores da educação básica que atuam na educação pública hoje não foram oportunizados, de ter em seus currículos a cadeira de História de África, o que faz, com que reste para os mesmos, não fazer, resistir em fazer, ou fazer malfeita a abordagem sobre a África, os africanos e os afrodescendentes.

Isso nos remota a um problema que talvez ainda seja atual, que é o da formação de professores para a educação antirracista e de historiadores-professores, pois assim como destaca Oliva (2006), não consigo também concebê-los separados, habilitados para ensinar e estudar História da África.

Entretanto, não irei me ater a essa questão, por acreditar que existe um problema ainda maior. Dentre os artigos analisados, todos eles publicados entre 2001 e 2012, o que mais me chamou a atenção, principalmente os artigos de 2008 até o corrente ano, é a constatação de que o ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira ainda não estão sendo realizados com excelência na maior parte do país.

O que de certa forma, passa a ser contraditório, já que a grande maioria, se não todos os cursos de Licenciatura em História do Brasil já tem em seus currículos a disciplina obrigatória ou optativa de História da África.

Se os egressos em História tiveram nos seus bancos escolares a cadeira de África, o que faz com que esse conhecimento ainda não chegue às salas de aula? Como não é minha intenção fazer um mapeamento nacional sobre essa questão, me atarei a realizar apenas esse questionamento. Pretendo, nesse estudo, analisar apenas o Colégio Estadual de Cachoeira, pelos motivos já citados no início desse trabalho.

A HISTÓRIA DA ÁFRICA NO COLÉGIO ESTADUAL DE CACHOEIRA: METODOLOGIAS, ABORDAGENS E CONHECIMENTOS CONSTRUÍDOS

O Colégio Estadual de Cachoeira, não possui uma cadeira específica para o ensino da História da África. Assim como na grande maioria das escolas, o Colégio cumpre a lei, entretanto, o estudo e ensino dos africanos, da cultura afro-brasileira, da luta do negro e a sua importância na formação do Brasil fica a cargo única e exclusivamente da cadeira de História, sendo esses assuntos incorporados nos conteúdos programáticos do programa curricular da referida disciplina.

Muitas escolas fazem uma interpretação equivocada e entendem que a obrigatoriedade estabelecida pela lei 10.639/2008 seria de responsabilidade apenas da disciplina de História, entretanto, o que a lei nos diz é que os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira devem ser *ministrados no âmbito de todo o currículo escolar*. Como o currículo escolar, que por vezes encontra-se colocado como uma grade, que aprisiona tantos os alunos quanto os professores, se mostra inflexível e de maneira geral, pouco aberto para mudanças, fica então reservada a História, que por direito e dever deve historicizar, e não se esquecer mais da História dos negros e africanos que muito contribuíram na História do Brasil.

O Colégio Estadual da Cachoeira conta atualmente com dois professores de História. Os dois atendem todas as turmas de Ensino Médio, que tem em sua carga horária 2h/a de aula história por semana. A pesquisa foi realizada através de entrevista feita com os dois professores.

O Colégio Estadual da Cachoeira conta atualmente com dois professores de História, os quais atendem a todas as turmas de Ensino Médio, que tem em sua carga horária 2h/a de história por semana. A pesquisa foi realizada através de entrevistas, baseadas em um roteiro semi estruturado, feita com os dois professores que atuam na supracitada escola.

Quando questionados sobre a aprovação da inclusão do ensino de África nas escolas, os professores se mostraram favoráveis à lei. Para eles, o estudo da História da África, dos africanos e da cultura afro-brasileira é indispensável para os estudantes, pois possibilita aos mesmos conhecerem e valorizarem as suas raízes e a sua história. Um dos professores salienta que a lei:

É imprescindível para todos, entretanto ela é ainda mais especial para os alunos de Cachoeira, pois estamos tratando de nós mesmos, da nossa identidade, da minha história e da história deles, pois dentro da história da nossa cidade, temos enormes contribuições dos negros trazidos da África. Nós professores devemos colocar na nossa atuação em sala de aula os conteúdos referentes ao ensino de África, por que estamos falando de cultura brasileira, e falar de população brasileira é falar da África e suas inúmeras contribuições para nossa formação, ou seja, é tratar de nós mesmos, das nossas identidades. (2013)

A lei contribui para a *quebra de preconceitos* que por muito tempo foram construídos e alimentados dentro da escola, por meio de uma cultura escolar eurocêntrica, que sempre estudou, valorizou e civilizou os saberes provindos da Europa e condenou, estereotipou e *folclorizou* a cultura, os saberes e as tradições da população negra (FERNANDES, 2005). Trazer a História da população negra para dentro das salas de aula é contestar um lugar de direito que por muito tempo foi negado.

Os currículos das escolas sempre silenciaram a cultura africana e excluíram a participação do negro na formação do Brasil. Ao Europeu, sempre foi dado o lugar de superior, de uma cultura civilizada, aos Africanos restava às abordagens estereotipadas e a omissão da sua condição de sujeito histórico. A escola como um todo, além de estar moldada nos padrões eurocêntricos desvalorizava a diversidade étnico-racial nos processos de formação (FERNANDES, 2005).

Esta tem sido uma das grandes problemáticas do Colégio Estadual da Cachoeira, que mesmo com a inserção do Ensino de África, este ainda não está regulamentado dentro do currículo. Não existe um lugar específico para os conteúdos que tratam do continente africano e dos seus descendentes, os mesmos passeiam por entre os conteúdos tidos como “normais”, o que dificulta o trabalho dos professores que trabalham nessa instituição.

Quando questionados sobre a inclusão dos conteúdos sobre a África e os afrodescendentes, os professores responderam que *sempre* incluem essa temática dentro das suas aulas. Entretanto, quando perguntou-se como e onde estes conteúdos estão colocados, os professores responderam que os mesmos encontram-se de forma de aleatória. De um lado, um dos professores trabalha com a história temática, do outro o professor faz uma abordagem conteudista, porém, em ambos os métodos de ensino assuntos ligados à África estão isolados e subordinados aos conteúdos ligados ao continente Europeu.

Não existe um currículo para a História da África, e o currículo da escola compreende pontualmente os saberes, experiências, trajetórias e histórias da África, dos africanos e afrodescendentes. A Escola trabalha e assume a África no componente curricular de História, entretanto de uma forma aleatória. O que se percebe é que, devido à obrigatoriedade da lei e da pressão para que a mesma seja posta em prática, os professores acabam apenas incluindo os conteúdos, sem de fato se preocuparem, ou até mesmo se atentarem para uma reflexão e contextualização destes.

Para Wedderburn(2005), a História da África e do seus povos possuem características específicas, e por isso é necessário que o professor adote uma abordagem transversal e transdisciplinar baseada, naquilo que ele chama de *dupla diacronicidade*, a) e b) *adiacronicidade extra-continental*.

Em outras palavras, o que Wedderbum(2005), está dizendo que o estudo da África, dos Africanos, dos afrodescendentes deve ser estudado a partir de suas próprias estruturas. Para esse autor, a abordagem de conteúdos africanos precisa de:

Um enfoque diacrônico que privilegie tanto as relações interafricanas como a interação do continente com o mundo exterior permitirá dar conta de fenômenos e de períodos que ainda se mantêm na escuridão e são lacunas do conhecimento mundial. Somente assim se poderão descobrir as múltiplas maneiras pelas quais a evolução dos povos africanos interferiu e/ou influenciaram eventos nas diversas sociedades do mundo e não somente o inverso, como se dá o caso até agora. (WEDDERBUM, 2005, p. 13)

Ao contrário do que o Colégio Estadual vem fazendo, que é estudar a África, as vezes isoladamente, as vezes subjugada ao continente europeu. O que é possível perceber, é que mesmo passado os dez anos da aprovação, pelo menos no Colégio Estadual da Cachoeira o ensino de história da África, ainda não se encontrou. Isso se dá muitas vezes, devido a o grande problema relatado pelos dois professores, que é a formação continuada para a atuação nessa área.

É sabido que durante toda a história, assim como já foi dito diversas vezes nesse texto, a África foi negligenciada. Isso, além de contribuir com os índices de evasão e de repetência de crianças provenientes das camadas mais populares, implicou na formação de professores e contribuiu na manutenção dessa escola eurocêntrica. Esses professores, que tiveram uma formação etnocentrada no continente europeu, se viram de “mãos atadas” quando tiveram que aplicar a lei.

Um dos professores do Colégio Estadual, quando questionado sobre as dificuldades de ensinar assuntos ligados a história da África, salienta:

a formação dos professores ainda não é segura, mesmo na Universidade, percebemos a carência de disciplinas que contemplem o tema, normalmente são em números insuficientes. Esse problema refletiu na pratica pedagógica, já que na formação não tivemos uma preparação ideal para isso. No entanto, tento através de outros meios e inclusive por questões pessoais, buscar adquirir mais conhecimento acerca dessas temáticas. (2013)

O que se pôde perceber é que esses professores, estão, assim como disse Anderson Oliva(2003),sendo ousados. Pois, segundo os mesmos, não há nenhum incentivo a formação, ou mesmo a especialização dos mesmos na área. O governo pouco tem feito para contribuir com a excelência do ensino, e esses professores em particular, que as vezes trabalham de 40 a 60 horas

semanais, não dispõem nem de tempo, nem de recursos financeiros para buscar uma especialização.

Em outro relato, um dos professores frisa que houve um investimento do governo por meio de um curso de formação que previa uma carga horária de 120 horas. Entretanto, segundo o entrevistado, a Secretaria de Educação do Estado reduziu o curso para 80 horas, visando uma economia de custos financeiros, uma vez que caso o curso tivesse sido realizado com a carga horária prevista, os professores teriam direito a um aumento de 5% de seu salário mensal.

A forma que eles encontram de se preparar e de organizar suas aulas é através das experiências que adquiriram na graduação. Um dos professores teve na sua formação acadêmica duas disciplinas obrigatórias que tratavam especificamente de assuntos ligados ao continente africano, o outro professor, por sua vez, não teve em seu currículo da universidade nenhuma disciplina que tratasse do tema. Porém, tanto um, quanto outro, diz se utilizar dos textos, das referências, do contato com seus professores para buscar as fontes e assim preparar os conteúdos a serem abordados em suas aulas.

Para ambos os professores entrevistados, a internet vem a ser um grande meio de obtenção de informação. Os sites de pesquisa, as revistas eletrônicas, os periódicos de história, os livros e textos disponíveis online se configuram como uma alternativa para suprir as deficiências em suas formações.

Dentro daquilo que foi descrito pelos professores, foi possível perceber que a escola cumpre, em partes, com aquilo que determina a lei. A África, que estava silenciada, desconhecida e apenas figurava dentro o leque de conteúdos abordados pela disciplina de História, passa agora a ter um lugar dentro do programa curricular.

Segundo os professores de História do Ensino Médio do Colégio Estadual da Cachoeira, o Ensino da África, não só valoriza a história e identidade desses alunos, como contribui no combate ao racismo, ao preconceito e a discriminação. A disciplina de História assume um caráter sócio-formativo e acaba gerando pequenas transformações em toda a escola.

Talvez, o que nos reste questionar, seria se, de fato, essas experiências relatadas pelos professores, estão de fato acontecendo na rotina da escola. E mesmo que aconteçam, se elas estão atuando na formação de uma consciência histórica desses alunos, se esses saberes sócio históricos estão de fato tornando-se conhecimento histórico escolar.

Ademais, relato que essa pesquisa não compreendeu a entrevista com os alunos, nem mesmo a observação das aulas de história. Apenas os professores e as suas experiências com a didática da lei foram estudados e trazidos como dados para a construção desses argumentos e reflexões. Por isso, não entrarei no mérito, de se esses saberes estão ou não sendo incorporados pelos estudantes.

CONCLUSÃO

Esta reflexão pretendeu levantar questões sobre como vem sendo tratada a história dos negros, dos africanos, afrodescendentes e brasileiros. Foi feito um panorama nacional dos estudos, experiências e publicações ligados as questões que tratam da lei 10.639 e a sua aplicabilidade na sala de aula, assim como uma análise da experiência dos professores de História do Ensino Médio do Colégio Estadual de Cachoeira, naquilo que tange as abordagens feitas sobre a História da África, da cultura afro-brasileira, dos africanos e afro-descentes.

Assim, após tudo o que já foi dito, é oportuno destacar, e a experiência desses professores nos comprova, que só é possível ensinar aquilo que se sabe, e que as transformações do nosso comportamento, seja ele racista discriminatório, só se dá a partir da descoberta do conhecimento. Sendo assim, o primeiro passo a ser dado para um ensino com excelência da História da África e uma educação antirracista é conhecer e estudar as produções historiográficas que procuram interpretar e *escurecer* a trajetória dos africanos e afrodescendentes.

Faz-se necessário que tantos os estudantes do ensino fundamental e médio, quantos os professores, diretores, coordenadores e toda a comunidade escolar apropriem-se e aprofundem os seus conhecimentos históricos sobre as comunidades africanas e sobre a ancestralidade dos que vivem e compõe a população brasileira hoje. Fazendo minhas, as palavras de um dos professores do Colégio Estadual de Cachoeira, “*Estudar a África é estudar a nossa história*”, é estudar a nossa identidade, é reafirmar o nosso lugar de direito dentro do currículo e dentro da sociedade.

Acredito que muito ainda precisa ser feito naquilo que tange ao ensino e aprendizagem da História da África, dos africanos e afrodescendentes no Colégio Estadual da Cachoeira, entretanto, o primeiro passo, que é o rompimento do silêncio já foi dado. Agora precisamos aprimorar a formação e a capacitação de professores, ampliar os debates sobre a importância desse ensino e entender, o que de fato impede, que ainda hoje, dez anos depois a aprovação da lei, o conhecimento sobre África ainda chegue marginalizado em algumas salas de aula da educação básica.

REFERÊNCIAS

ALVES, Roberta de Souza. **Ensino de história e cultura afro-brasileira e africana: da lei ao cotidiano escolar**/ Roberta de Souza Alves/ Unesp-Bauru, 2007. 74p.

BANCO DE TESES DA COORDENADORIA DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. Acesso em 16 de maio de 2013. Disponível em: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>

BANCO DE ANAIS DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH. Acesso em 16 de maio de 2013. Disponível em: <http://anpuh.org/anaais/>

CANAU, Vera Maria Ferrão. OLIVEIRA, Luiz Fernandes de Oliveira. **Pedagogia Colonial e Educação Antirracista e Intercultural no Brasil**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v.26, n.01, pp. 15-40, 2010.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Ensino de História e Diversidade Cultural: Desafios e possibilidades**. Caderno Cedes, Campinas, vol. 25, n.67, p. 378-388, set/dez. 2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>.

FRANCISCO JÚNIOR, Wilmo Ernesto. **Educação Anti-racista: Reflexões e contribuições possíveis do Ensino de ciências e de alguns pensadores**. Revista Ciência e Educação, v. 14, n. 3, p. 397-416, 2008.

MATTOS, Hebe. ABREU, Marthar. **Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, pp. 5-20, 2008.

NASCIMENTO, Cláudio Orlando Costa do. JESUS, Rita de Cássia Dias Pereira de. **Currículo e Formação: diversidade e educação das relações étnico-raciais**. Curitiba: Progressiva, 2010, 338pgs.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **A História da África nos Bancos Escolares. Representações e Imprecisões na Literatura Didática**. Revista Estudos afro-asiáticos, ano 25, nº 3, pp. 421-461, 2003.

PEREIRA, Júnia Sales. **Reconhecendo ou construindo uma polaridade étnico-identitária? Desafios do ensino de história no imediato contexto pós-Lei no 10.639**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 21, Nº 41, pp. 21-43, 2008.

SCARAMAL, Eliesse. **Mídia e História da África - uma experiência de produção e ensino**. Trabalho apresentado no GT de História da Mídia Alternativa, integrante do VIII Encontro Nacional de História da Mídia, 2011. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontrosnacionais1/8oencontro20111/artigos/Midia>

WEDDERBURN, Carlos Moore. **Novas Bases para o ensino da História da África no Brasil. In: Educação Anti-Racista: caminhos abertos pela Lei Federal Nº. 10.639/03. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. (Coleção Educação para Todos).